

**EMB.INFR. NO AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS  
121.748 MATO GROSSO DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: GIVALDO DE SOUZA BONFIM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RODRIGO LEMOS ARTEIRO</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**DECISÃO:**

**EMENTA:** PROCESSO PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. DESCABIMENTO.

1. Não são admissíveis embargos infringentes opostos contra acórdão proferido em sede de *habeas corpus*. Precedentes.
2. Recurso a que se nega seguimento.

1. Trata-se de embargos infringentes contra acórdão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, assim ementado:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. INTEMPESTIVIDADE. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. É intempestivo o recurso ordinário interposto após o prazo de cinco dias previsto no art. 310 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

2. A interceptação telefônica foi precedida de diligências preliminares, não sendo possível acolher a alegação de que o procedimento penal instaurado baseou-se exclusivamente em denúncia anônima.

3. A questão relativa aos poderes investigatórios do Ministério Público não foi arguida na petição inicial do recurso ordinário, tendo sido suscitada somente nesta via recursal. Trata-se, portanto, de inovação insuscetível de apreciação neste

**RHC 121748 AgR-EI / MS**

momento processual (vg. HC 124.971-AgR, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Cármen Lúcia; ARE 811.893, da minha relatoria; ARE 779.145-AgR, Rel. Min. Luiz Fux; RHC 121.999-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.”

2. O embargante requer que seja sanada “a crise de certeza acerca da constitucionalidade da investigação criminal promovida pelo Ministério Público para em um segundo momento analisar a legalidade do procedimento investigatório.”

**Decido.**

3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica a respeito do descabimento dos embargos infringentes opostos de acórdão proferido em sede de *habeas corpus*, tendo em vista a ausência de previsão regimental. Vejam-se os seguintes precedentes:

“Agravo regimental nos embargos infringentes no *habeas corpus*. Não cabimento. Ausência de previsão legal. Precedentes. Regimental não provido.

1. Revelam-se manifestamente incabíveis os embargos infringentes opostos contra julgado de Turma ou de Plenário em sede de **habeas corpus**, tendo em vista a falta de previsão regimental.

2. Agravo regimental não provido.” (HC 108.261-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* CONVERTIDOS EM AGRAVO REGIMENTAL. NÃO-CABIMENTO DE EMBARGOS INFRINGENTES CONTRA ACÓRDÃO DE TURMA QUE NEGA PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*: HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ART. 333 DO REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES.

**RHC 121748 AgR-EI / MS**

INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.” (RHC 86.998-ED, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Cármen Lúcia)

“*HABEAS CORPUS*” - IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO COLEGIADA DE TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - INADMISSIBILIDADE - EXTINÇÃO LIMINAR DO PROCESSO DE “*HABEAS CORPUS*” POR DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR DA CAUSA - LEGITIMIDADE - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - Não cabe, para o Plenário, impetração de “habeas corpus” contra decisão colegiada de qualquer das Turmas (ou do próprio Pleno) do Supremo Tribunal Federal, ainda que resultante do julgamento de outros processos de “*habeas corpus*” (Súmula 606/STF) ou proferida em sede de recursos em geral, inclusive aqueles de natureza penal (RTJ 88/108 - RTJ 95/1053 - RTJ 126/175). Precedentes. - Não se mostram admissíveis embargos infringentes contra decisão majoritária do Plenário (ou das Turmas) do Supremo Tribunal Federal, se tal decisão vem a ser proferida em causa diversa daquelas enunciadas, taxativamente, em rol exaustivo (“*numerus clausus*”), no art. 333 do RISTF. Precedentes. - Não se revela viável a interposição de embargos de divergência contra acórdãos proferidos, pelo Supremo Tribunal Federal, quer em sede originária de “*habeas corpus*”, quer, ainda, no âmbito de recurso ordinário em “*habeas corpus*”. Precedentes. (HC 88.247-AgR-AgR, Rel. Min. Celso de Mello)

“Agravos regimental. Recurso ordinário em “*habeas corpus*”. Embargos infringentes. Não cabimento. - Em face dos artigos 307 a 309 e 333 do Regimento Interno, não cabem embargos infringentes contra decisão prolatada pelo Pleno ou pelas Turmas do STF em recurso ordinário em “*habeas corpus*”. Inexistência de ofensa, por isso, aos artigos 5º, LIV e LV, e 102, I, “a”, da Constituição de 1988. Agravo a que se nega provimento.” (RHC 79.788-AgR-EI, Rel. Min. Moreira Alves)

**RHC 121748 AGR-EI / MS**

4. Nessas condições, com base no art. 38 da Lei nº 8.038/1990, c/c o art. 335, § 1º, do RI/STF, nego seguimento aos embargos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator

*Documento assinado digitalmente*